

Resenhas

Indústria e Trabalho na História do Brasil

Tânia Regina de Luca

Editora Contexto, História, 2000

Ao longo do século XX, o Brasil conheceu um processo intenso de mudança em sua estrutura social. De um país eminentemente rural, ele se transformou em um predominantemente urbano. Mesmo assim, em 1999, 32 dos 160 milhões de brasileiros continuavam residindo na zona rural. Nesse ano, a População Economicamente Ativa era, aproximadamente, de 74 milhões de pessoas, estando 8 milhões delas em situação de desemprego, 14 milhões inseridas em atividades agrícolas, 52 milhões em atividades não-agrícolas. Do total da população ocupada, somente 26 milhões de pessoas estavam inseridas no segmento formal da atividade econômica. Apesar da montagem de uma sociedade urbano-industrial complexa, o país reproduziu uma estrutura social fortemente heterogênea, marcada por uma elevada precariedade e desigualdade das condições de vida de sua população.

O ensaio *Indústria e Trabalho na História do Brasil* de Tânia Regina Luca apresenta um quadro sintético dessas transformações, mostrando o papel decisivo do setor industrial na organização do mercado urbano de trabalho assalariado, ocorrida ao longo do século XX.

Em seu primeiro capítulo, a autora explora o papel da economia cafeeira para o estabelecimento do mercado nacional de trabalho, tanto de seu segmento vinculado às atividades agrícola como daquele associado às atividades urbanas. Mostra a autora a capacidade da atividade agrícola em induzir o desenvolvimento da atividade industrial, permitindo que, nas primeiras décadas do século, se constituíssem algumas concentrações operárias no espaço nacional, que foram foco das primeiras mobilizações coletivas por melhores condições de trabalho e de vida. Fortemente marcadas pela tradição anarcosindicalista, as incipientes organizações operárias

foram capazes de promover um processo de politização importante das relações de trabalho, marcado pelo crescimento rápido de movimentos grevistas.

A mobilização operária foi rapidamente respondida por uma posição conservadora do empresariado industrial, que, em 1907, consegue aprovar no Congresso a Lei Adolfo Gordo, “que autorizava a expulsão de todo estrangeiro suspeito de colocar em perigo a segurança nacional e a tranquilidade pública” (p. 36). Face às péssimas condições de vida do operário nascente, essa lei foi incapaz de coibir a crescente organização operária, que entre 1917 e 1919 realiza mobilizações de grande vulto. Como descreve a autora, o empresariado industrial e o Estado responderam, sistematicamente, de modo conservador e violento, restando qualquer possibilidade do desenvolvimento nacional ser acompanhado de um desenvolvimento social adequado.

Um novo contexto político nascerá na década de 1930, com a era Vargas. Ao mesmo tempo que a política conservadora tinha continuidade, eram criados instrumentos de regulação social marcados por uma forte presença do Estado. Se por um lado, o Estado buscava estabelecer um conjunto amplo de direitos sociais fundado no trabalho, reunidos na Consolidação das Leis do Trabalho — CLT, ele impedia, por outro, sua efetividade através do controle e repressão da atividade sindical. Segundo a autora, “corroava-se, dessa maneira, uma estrutura desvinculada da participação efetiva dos trabalhadores” (p. 60).

O caráter contraditório da regulação estabelecida na era Vargas consolidou uma segmentação do mercado nacional de trabalho, que se explicitou na existência da carteira de trabalho. O modelo de regulação permitiu que grandes contingentes de

trabalhadores rurais e urbanos fossem mantidos fora da proteção social.

O período de crescimento acelerado da segunda metade dos anos 50 abriu uma nova perspectiva para o movimento sindical, que, nos primeiros anos da década de 1960, procurou romper com o controle estatal e reivindicou um desenvolvimento social adequado ao observado no campo econômico. Como mostra Tânia de Luca, a crise política desse período foi mais uma vez equacionada por uma solução autoritária e conservadora, que reprimiu os sindicatos e garantiu uma nova fase de crescimento marcada pela desigualdade social (p. 90).

O esgotamento do ciclo militar de 64 foi acompanhado do fim de um longo período de crescimento e industrialização da economia brasileira. Enquanto os trabalhadores restabeleciam seus direitos de organização, eles eram fortemente atingidos pelo desemprego e pela inflação dos anos 80. A crise do projeto de desenvolvimento nacional, fundado no mercado interno, foi seguida da emergência de um outro projeto fundado em uma economia mais aberta e mais integrada ao comércio internacional.

No último capítulo do livro, a autora mostra como os processos de reorganização produtiva foram internalizados à nossa estrutura econômica, observando-se uma redução ponderável do emprego industrial e uma nova explosão da situação de desemprego no país.

Apesar da grande carência de bens materiais que atinge a sociedade brasileira, o país processa, desde o início dos anos 90, uma reorganização econômica que tem comprometido tanto seu nível de emprego como aquele de renda. A modernização vem assim acompanhada da exclusão social, referendando a sociedade desigual originária em nosso passado colonial.

Como sintetiza Tânia de Luca, enquanto continuamos esperando por uma distribuição de riqueza que altere o quadro social, “[...] que ainda parece bastante longínqua num mundo obcecado pelos ideais do lucro, produtividade e racionalidade, o que se observa em vários países, inclusive no Brasil, é uma situação que evoca as condições reinantes no início da industrialização” (p. 108).

A recuperação histórica das raízes de nossa desigualdade realizada pela autora é de fundamental importância em um momento que se procura imputar tal mal à nossa incorporação limitada no mundo globalizado. O ensaio apresenta com clareza que a inserção externa atual, ao invés de provocar sua superação, constitui a via de aprofundamento do caráter social arcaico da sociedade brasileira no início de século XXI.

Uma análise mais aprofundada das implicações do padrão de desenvolvimento sócio-econômi-

co para a estrutura social brasileira deveria ter sido desenvolvida. Nos últimos 12 anos, uma nova orientação econômica e social domina as políticas públicas. De modo recorrente, ela acusa o período de industrialização como fonte relevante dos problemas sociais hoje presentes no país. Em geral, essa crítica simplifica as dificuldades hoje encontradas, desprezando a natureza histórica dos problemas existentes. Em lugar de apontar que tais dificuldades têm raízes históricas em um desenvolvimento econômico descaído de um desenvolvimento social, acusam generalizadamente toda a trajetória política trilhada pelo país ao longo do século XX.

A ausência de um tratamento adequado dessa questão pela autora, impede que a análise consiga fazer uma interpretação mais acurada do período recente, como aquela realizada para a primeira metade do século passado.

Por essa razão, a autora não consegue discutir as conseqüências sociais de uma estrutura econômica industrial complexa que consegue resolver o problema de trabalho somente de uma parcela limitada da população. Nem apontar as razões do forte agravamento da situação de desemprego observado nesses 10 anos de predomínio de uma nova orientação econômica no país. Essa limitação induz o ensaio à discussão de temas dominantes em países que possuem estruturas econômicas que, em razão do amplo grau de atendimento das necessidades básicas da população, encontram grande dificuldade em dinamizá-las a partir dos setores produtivos de bens materiais. Assim, desconsidera as possibilidades de geração de emprego em um país caracterizado por uma elevada carência de bens materiais para a maioria de sua população.

Mesmo levando-se em conta essa limitação, o ensaio é uma boa contribuição que ajuda a preencher uma importante lacuna dos estudos da área de ciências sociais. Apesar de terminado o século XX, continuam escassos os estudos básicos sobre as principais transformações da sociedade brasileira no período. É grande a ausência de textos que possam auxiliar nossos estudantes de segundo grau e graduação a entenderem o processo acelerado de mudanças conhecido pelo país durante o século passado e a compreenderem suas implicações sobre presente. Espera-se, portanto, que a coleção contribua com novos títulos que auxiliem na superação das visões simplistas sobre os problemas econômicos e sociais brasileiros que têm predominado no país nesses últimos 12 anos.

Claudio Salvadori Dedecca
Professor do Instituto de Economia da
Universidade Estadual de Campinas

História do Pensamento Econômico

Ricardo Feijó

São Paulo, Atlas, 2001

Há quem critique os manuais, mas não se pode negar seu valor didático. É verdade que quase todos se parecem, seus sumários poucos diferem; mas cada um não deixa de ter sua própria personalidade, seus pontos fortes e fracos, reveladores da leitura peculiar de cada autor. É com esses olhos que podemos, no espaço próprio de uma resenha, chamar atenção para alguns aspectos do trabalho deste professor da USP de Ribeirão Preto, graduado em física e doutor em economia. Esta formação “ecclética” permite-lhe que aborde com a devida ênfase as questões metodológicas implícitas e explícitas nas obras dos grandes economistas do passado, indo além da mera exposição das contribuições teóricas de cada autor, sem todavia tolher seu devido espaço. Da mesma forma, toda contribuição teórica é relacionada a seu contexto histórico, permitindo que o leitor — e, sobretudo, o aluno — consiga ter uma boa visão da interação entre ambos, sem deixar de mostrar que a história das idéias possui uma lógica própria e que cada pensador inova e cria sem libertar-se radicalmente de seu passado, necessariamente ponto de partida e de referência.

Além desses aspectos meritórios, cabe destacar que a mescla entre HPE e metodologia é tendência internacional, desde logo assimilada no Brasil há mais de uma década, visível nos congressos da área, onde as mesas de ambas chegam a confundir-se, para os puristas até em prejuízo das pesquisas sobre a evolução da teoria econômica propriamente dita. Mas se isso é em parte verdade, não se pode negar nem negligenciar o saldo positivo de trazer ao meio dos economistas (ou pelo menos de parte deles) discussões de temas como retórica, modelagem, testagem, alcance e limites do conhecimento como objeto, deixando de lado a velha petulância dogmática que tinha como certa, óbvia e natural a ampla possibilidade de o sujeito conhecer esse polêmico objeto que, em certo momento da história, resolveu-se delimitar e denominar economia.

Ainda dentre os pontos altos do livro, menciono-se o tratamento dado aos períodos da Antiguidade e da Idade Média, no qual temas filosóficos são introduzidos de forma não usual nos manuais mais recentes (nos antigos era regra), mantendo-se a didática e a clareza da exposição. A inserção de Max Weber também decorre da abordagem peculiar do autor, ressaltando a importante contribuição deste “sociólogo” às questões econômi-

cas e de metodologia da ciência. Finalmente, agora Weber faz parte da HPE! Saem do padrão, merecendo também destaque, seja pela profundidade seja pela forma competente de exposição, os capítulos sobre: (a) a crise da Economia Clássica, em que autores pouco referidos em outros manuais são resgatados, evidenciando a riqueza do debate muitas vezes sumariado como a “crise da teoria econômica” e englobando inúmeros pensadores de matrizes teóricas distintas como “vulgares”; (b) os precursores do marginalismo, trazendo à tona contribuições como a condição de lucro máximo de Cournot, a equação fundamental dos salários de von Thünen, o paradoxo de São Petersburgo, o “equivoco” de Jules Dupuit e a demonstração geométrica da segunda lei de Gossen; e (c) Carl Menger, em uma apresentação que resgata a importância deste autor e da vertente austríaca do neoclássicismo, com destaque muito além das abordagens convencionais de HPE.

Como toda obra pretensiosa, esta também é desigual. Iniciando-se pelas velhas e simples questões de ordem terminológica, até desculpáveis em alguns contextos, mas não certamente em uma obra de HPE, justamente onde os vocábulos tornam-se categorias e termos teóricos ao serem inseridos em *approachs* diversos que, por dever de ofício da própria disciplina, devem ser confrontados. Neste contexto, as palavras pesam e a linguagem não pode ser dissociada da precisão conceitual: o rigor, assim, torna-se exigência que não pode se confundir com preciosismo. Um exemplo é quando o autor trata economia neoclássica como sinônimo de teoria econômica “atual” (p. 72), ao referir-se à inflexão da curva de oferta de trabalho a partir de certo nível “crítico” de salário. Ou quando utiliza o adjetivo “marxino” juntamente ao tradicional “marxista” ao longo do capítulo 7, não explicando se o neologismo é mero modismo ou tem lá sua razão de ser, e qual a diferença entre um e outro, já que usados lado a lado. Mais sério é o caso de considerar capital fixo e capital constante como idênticos (p. 216) ao definir composição orgânica do capital, quando, justamente por incluir no último as matérias-primas (que obviamente não são capital “fixo”), Marx pôde com mais precisão enfocar o processo produtivo pela ótica da propriedade e chegar ao conceito de mais-valia, rompendo com a tradição clássica de conceber o capital apenas como fixo e circulante.

Também entender como uma concessão a Marx (p. 226) o intervencionismo das políticas keynesianas é no mínimo extremamente polêmico, por várias razões, a começar pela confusão entre intervencionismo e socialismo, pelo significado teórico e político da concepção de Estado subjacente a cada autor e pela própria existência de vários intervencionistas não-socialistas importantes antecessores de Keynes. O intervencionismo, aliás, sempre foi coevo ao liberalismo, servindo-lhe como contraponto; e isto não só na história do capitalismo, pois, de forma embrionária, o debate remonta à Grécia antiga. O que marca o intervencionismo keynesiano — o uso da política econômica para estabilização como forma de reativar a demanda agregada, em uma racionalidade instrumental —, fatalmente não está na obra de Marx nem é a visão dominante em seus seguidores. Já não se trata mais aqui da discussão de significado de palavras, mas de efetivas interpretações que são expostas ao leitor como definitivas, conquanto sejam polêmicas ou resultado de visão muito particular do autor, que deveria evitá-las em uma obra de cunho didático. Outro exemplo: dizer que Ricardo era muito criticado na Alemanha é verdade, mas que a Escola Clássica lá não teve *nenhuma penetração* é, no mínimo, exagero (p. 234); muitos membros da Escola Histórica, como Roscher (sem contar Marx) certamente discordavam de Ricardo, mas o tinham como ponto de referência e de interlocução. E daí concluir, em seguida, que a Escola Clássica “estava *isolada, confinando-se* na Inglaterra”, até chega a ser bizarro: como isolamento, na maior potência mundial e no maior centro cosmopolita da época? Como confinamento, no país cuja produção intelectual mais marcou a história do pensamento econômico pelo menos até a metade do século XX? As idéias “inglesas” espalharam-se não só pela Europa mas pelo mundo todo, inclusive com adeptos até por estas bandas, como mostram Cairu e Mauá, para ficar nos mais conhecidos.

Mas talvez o principal ponto crítico da obra seja o peso relativo que autores e escolas mereceram, o qual deveria ser repensado em futuras edições em prol de uma exposição mais equilibrada. Não se trata evidentemente de exigir uma imparcialidade abstrata em assunto por sua natureza apaixonante como história das idéias, em que cada autor edifica sua reconstrução com o viés de sua própria leitura. Como estudioso de Smith, Feijó dedica-lhe um capítulo próprio, separando-o do referente à Economia Clássica — ao que tudo indica privilegiando um corte estritamente cronológico, a pretexto de Smith ser do século XVIII e os “outros” do século XIX. Esta opção não teria pro-

blemas maiores não resultasse em merecidas 34 páginas ao autor de *A Riqueza das Nações*, enquanto Ricardo — para muitos o artífice da mais acabada construção teórica da Economia Política Clássica e certamente o que mais influência exerceu no pensamento posterior, de Marx aos neoclássicos — foi contemplado com menos de um terço deste espaço, número inclusive inferior ao dedicado a Stuart Mill, no mesmo capítulo, e às idéias econômicas medievais.

As ênfases dadas pelo autor associam-se a algumas lacunas. O chamado debate sobre os mercados, abordando demanda efetiva, e temas como o papel da moeda, da poupança, do entesouramento e do investimento, fundamentais no século XX, é bastante negligenciado, para não dizer ignorado. Say é até bastante citado, mas esparsamente, sem um tratamento específico. Malthus é lembrado como “clássico”, mas discute-se mais sua concepção de valor e sua teoria da população, praticamente esquecendo-se as reflexões teóricas pioneiras dos *Princípios* — sua obra de maturidade. Rosa Luxemburg e Kalecki são solenemente ignorados: não aparecem nem no índice de autores.

O mesmo ocorre com Schumpeter e com a Escola Institucionalista, indiscutivelmente duas vertentes cuja importância vem sendo resgatada no meio acadêmico nas últimas duas décadas, mas que não mereceram nenhum capítulo ou, pelo menos, um subitem próprio. Veblen aparece duas vezes na obra, não merecendo no total mais que 10 linhas: na página 246, onde o institucionalismo é apresentado como “sucessor da escola histórica” e em que se lê, sumariamente, que “padeceu da fraqueza de não propor uma compreensão alternativa dos problemas teóricos”; e na página 308, onde a teoria psicológica do instinto é apresentada como “revolucionário programa de pesquisa” e “um fracasso”. A fraqueza e o fracasso de um programa que até hoje ganha adeptos não justificam as qualificações sem a devida análise do pensamento do autor e dos demais institucionalistas que o seguiram, inclusive da Nova Economia institucional. Schumpeter, de mais sorte, foi poupado de tratamento semelhante. Essas lacunas certamente não comprometem a qualidade em si do trabalho, mas limitam a possibilidade do manual, que por definição deve ser um facilitador didático, servindo mais a introdução que a aprofundamento, e que só poderá ser adotado juntamente com outras obras que cubram os tópicos omitidos.

Duas últimas sugestões para futuras edições desta obra que, apesar das críticas apontadas, possui grandes méritos, e certamente será amplamente utilizada no país. Em primeiro lugar, é de se ava-

liar a pertinência de se apresentar Aristóteles apenas no capítulo 4, junto aos intelectuais da Idade Moderna, e não no capítulo 1, já fazendo um contraponto entre este e Platão, adiantando a controvérsia entre materialismo e idealismo, fundamental numa abordagem que privilegia discussões metodológicas. Sem contar que Aristóteles está na base do pensamento tomista, o que certamente permitiria maior envergadura à exposição da ética cristã medieval, abordada no capítulo 2. Em segundo lugar, além de cobrir as lacunas com a adição dos autores já mencionados, parece de todo oportuno aprofundar a discussão sobre a macroeconomia após Keynes e sobre os desdobramen-

tos recentes da microeconomia, bastante demandados por profissionais já formados e alunos, já que estas teorias são expostas em manuais ou em artigos sem o encadeamento histórico e teórico que só uma abordagem de HPE pode proceder. E, afinal de contas, espera-se que os manuais do século XXI incluam o século XX na história do pensamento econômico, tão presa, ainda, aos autores do século XIX.

Pedro Cezar Dutra Fonseca

Professor Titular do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Para Entender o Mundo Financeiro

Paul Singer

Editora Contexto, 157 páginas, publicado em 2000

O professor Paul Singer, certamente, será sempre lembrado como um intelectual sério da esquerda brasileira e um educador de primeira linha comprometido em transmitir conhecimento crítico aos seus alunos e leitores. Esse estimulante livro despertou-me o interesse por algumas razões: primeiro, como que um autor de formação marxista entende e explica a relevância do mercado financeiro no processo de expansão do capital no sistema capitalista; qual é sua visão quanto às doutrinas monetarista e keynesiana no tocante às políticas monetária e cambial, bem como quanto ao processo de formação da taxa de juros e a importância das expectativas dos diferentes participantes do mercado financeiro; qual o papel das instituições bancárias que captam dinheiro de quem quer emprestar e o repassa para quem demanda; qual o seu entendimento sobre a independência operacional do banco central no controle e na criação da moeda, na fiscalização do funcionamento dos mercados monetário e financeiro; e, por fim, mas não último, como que esse ilustre pensador avalia as causas das crises financeiras recentes dos países emergentes? Essas são, provavelmente, dúvidas que interessam a maior parte dos leitores não especializados em questões econômicas e financeiras nacionais e internacionais.

O livro *Para Entender o Mundo Financeiro* é para todos. Qualquer pessoa que tenha o hábito de acompanhar os noticiários econômicos não terá dificuldades de entendimento dos temas apresentados. Ele está dividido em três partes. A primeira trata dos fundamentos das finanças; a segunda dos

relacionamentos entre finanças e o Estado; e a terceira, a crise financeira. Como tudo que Paul Singer escreve, é claro, didático e inteligível. Neste livro ele não só apresenta o conteúdo teórico como, também, seu ponto de vista sobre as proposições das doutrinas monetaristas (neoliberais), keynesianas e marxistas (intervencionistas). Nesse aspecto ele abre-nos a possibilidade de concordar ou discordar das suas análises, conclusões e dogmatismo teórico sobre o processo evolutivo do mundo financeiro.

Na primeira parte — Fundamentos das Finanças —, Paul Singer apresenta os principais conceitos monetários e financeiros geralmente utilizados nos cursos de introdução à macroeconomia, os quais servirão de base para a compreensão das duas partes seguintes. O autor demonstra sua preocupação com o conceito de risco inerente às atividades financeiras quer seja do tomador como do prestador de dinheiro, bem como aqueles que têm a responsabilidade de decisão sobre as alternativas de investimentos produtivos ou financeiros.

A idéia do risco sempre nos lança diante da possibilidade de ganhar ou perder alguma coisa, mas também nos obriga a pensar sobre dois aspectos básicos à tomada de decisões: a qualidade das informações e o processo de formação das expectativas dos eventos macroeconômicos futuros. Há mecanismos de se prevenir contra riscos no mercado financeiros. Daí a existência dos contratos futuros no mercado de derivativos. Esse é um mercado para se proteger o lucro, o preço, a taxa de juro, o custo, enfim, os riscos futuros inerentes às atividades produtivas ou para travar uma rentabi-

lidade futura de uma carteira de ativos financeiros. Infelizmente, o autor deixou de abordar alguns aspectos importantes à tomada de decisão no mundo financeiro. Um deles vem a ser a natureza dos contratos de derivativos. O outro tem a ver com a qualidade das informações na tomada das decisões financeiras, bem como o processo de formação das expectativas futuras dos eventos macroeconômicos, os quais modificam a dimensão do risco tanto nos mercados financeiros, como nos de produção de bens e de serviços.

Ainda no tocante ao vetor risco, a estabilidade macroeconômica no Brasil fez surgir novos, importantes e promissores mercados, como o de seguros. Esse mercado tem importância singular no processo de formação de fundos de capitais para investimentos de médio e longo prazos. Poupança de longo prazo é peça fundamental para o crescimento econômico. Com a conquista da estabilidade econômica, o mercado de seguros no Brasil vem crescendo de forma consistente e profissionalizante. Grande parte da sociedade brasileira desconhece a importância desse mercado como forma de proteção de riscos (sinistro) futuros, bem como o significado do prêmio pago em relação à avaliação financeira atuarial inerente à apólice em relação aos benefícios a serem pagos em uma data futura. Nasceram no Brasil os fundos de previdência privada, administrados pela companhias de seguros, representam um seguro à renda futura do trabalhador. Há cinco anos atrás o setor de seguros representava 0,7% do PIB, a previsão é de que, até o final desta década ele atingirá 4% do PIB.

O texto deixa transparecer uma certa incompreensão quanto ao papel do especulador no mercado financeiro ao fazer alusões sobre esse participante do mercado financeiro como se ele fosse tumor maligno da economia. Sem a sua presença não haveria o volume de recursos financeiros suficientes para dar liquidez aos títulos público e privado negociados no mercado financeiro.

No momento em que o Brasil discute suas possibilidades de maior crescimento econômico, mas preservando a estabilidade inflacionária, o autor traz para o debate importantes tópicos dicotômicos entre economistas intervencionistas e neoliberais. Quanto à poupança como fonte dos ativos financeiros, o autor faz uma análise correta quando vincula a demanda por financiamento do governo a oferta de poupança do setor privado — empresas e famílias —, resgatando um pensamento de John Maynard Keynes ao afirmar “que o aumento da renda social se traduz em aumento mais que proporcional da poupança”. Para que haja crescimento econômico, essa poupança deverá encontrar

uma demanda de investimentos equivalente. Pode ser que isso não ocorra. A demanda de investimentos poderá ser maior ou menor que a oferta de recursos. Nesse caso, os impactos econômicos sobre os fatores de produção e sobre os preços são distintos. Uma economia somente pode crescer se houver gastos com investimentos públicos e privados. Suponhamos que a economia esteja funcionando próxima do nível de pleno emprego, neste caso, uma forma de aumentar investimentos é por meio da expansão dos gastos públicos. Os intervencionistas sugerem o aumento dos gastos públicos direcionados à produção de bens e serviços. Nesse caso, a criação de déficit público poderá causar o aumento de preços e da renda. A preocupação de qualquer economista é como fazer uma economia crescer com estabilidade de preços e do pleno emprego dos fatores de produção. Uma das principais chaves que abre as portas do crescimento com estabilidade é o nível de produtividade da economia. Se a produtividade cresce a uma taxa acima da inflação, e esta sob o controle do banco central, os gastos públicos aumentarão a produção de bens e serviços demandados, sem comprometer a estabilidade do crescimento econômico. A renda real cresce, o poder de compra da moeda mantém-se estável, proporcionando aumento da prosperidade social. Por outro lado, se a taxa de produtividade for inferior à da inflação, uma economia estando próxima do pleno emprego, qualquer aumento dos gastos públicos proporcionará queda no poder de compra da sociedade, influenciando na redução da renda real da economia, com provável aumento do desemprego. Nesse caso, o aumento dos gastos públicos é nocivo à estabilidade macroeconômica.

Essas simples idéias sobre as condições da estabilidade econômica são importantes e fazem parte dos conceitos de estabilidade do crescimento apreçados pelos economistas neoliberais que os keynesianos não devem subestimá-los, pois aumentar dos gastos públicos ou reduzir impostos para acelerar o crescimento e/ou evitar recessão econômica, sem considerar o nível da produtividade econômica, certamente ocasionará impactos inflacionários, com perdas não somente do poder de comprar do salário, mas, também, patrimoniais em diferentes segmentos da sociedade. Assim, o tumor maligno da sociedade não são os especuladores, mas a inflação e o baixo nível da produtividade econômica. Portanto, faz muito sentido a preocupação dos economistas neoliberais quando chamam nossa atenção para a política de crescimento com estabilidade focada na estabilidade das metas inflacionárias. Isso sentido, pois metas inflacionárias obriga os agentes econômicos buscarem o

aprimoramento dos processos de produção, tornando suas atividades mais produtivas e competitivas. Agora, não se pode cair no extremo de que a política de crescimento dependa somente da produtividade e do controle sobre a inflação. Países emergentes, como o Brasil, necessitam de estratégias muito mais complexas e abrangentes que permitam resgatar o atraso educacional e cultural e possibilitem os segmentos sociais mais desprotegidos terem acesso e conhecimento de informações que os possibilitem a ter mobilidade social, progresso material e bem-estar social.

Paul Singer faz duras críticas ao pensamento neoliberal ao afirmar: “essa visão da inflação é no mínimo distorcida, se não inteiramente falsa”. Concordamos em parte com esse pensamento, pois políticas macroeconômicas de crescimento que visam gastos públicos sem considerar receitas são inflacionárias e ganhos de produtividade, parece-nos muito mais falta de imaginação do que falsidade ideológica.

A Parte II — O Relacionamento nada Tranquilo entre Finanças e Estado — inicia fazendo algumas brevíssimas apresentações sobre a importância do Banco da Inglaterra, dando-nos a impressão de que esse tenha sido o primeiro banco central criado na Europa. Na verdade, o primeiro banco estruturado para coordenar a emissão de notas bancárias foi a Riksbank, fundado em 1668, mas foi no início do século XVII que surge o primeiro banco central, também na Suíça. A partir dessa data, vários países europeus, inclusive Portugal, criaram seus bancos centrais não-governamentais, de capital privado, para estruturar um sistema monetário e bancário único e estável. Os primeiros bancos centrais, de capital privado, tiveram o poder de cunhar e emitir moedas e notas bancárias, criando assim uma única moeda e um sistema bancário voltado ao financiamento do comércio. Os vínculos com os governos ou com as monarquias eram estreitos, pois eram eles que autorizavam sua fundação. O banco da Inglaterra é o segundo mais antigo banco central, o qual nasceu como um banco privado, em 1694, com a obrigação de financiar os déficits do governo.

O autor faz um destaque conciso e claro quanto à importância do banco central e seus instrumentos operacionais no controle da oferta e da demanda de moeda. Suas críticas são relevantes quando chama nossa atenção para o fato de que política econômica não se restringem às políticas monetária e cambial administradas pelo banco central. No entanto, cabe-nos frisar que, embora não haja uma regra de política monetária universalmente aceita para que as autoridades monetárias possam garantir o sucesso das suas administrações, há consenso entre os especialistas de que os ban-

cos centrais devem guardar independência operacional para assegurar a estabilidade da meta inflacionária. O autor poderia ter comentado com seus leitores o fato de, nos últimos anos, o Banco Central do Brasil vem realizando uma verdadeira revolução no tocante à modernização da política monetária, aos instrumentos de fiscalização e de política monetária e ao novo sistema de pagamentos no sistema financeiro brasileiro. Esses são alguns dos fatores que têm permitido o Brasil distanciar-se das crises financeiras internacionais.

O autor faz críticas às premissas dos neoliberais quanto à desregulamentação dos mercados financeiros. É verdade que essa tendência tem provocado instabilidade econômica em várias partes do mundo capitalista. Há, atualmente, um forte movimento entre os principais bancos centrais na busca de um entendimento de como reduzir a vulnerabilidade econômica de países que necessitam do capital internacional por meio da maior eficácia operacional dos sistemas bancários e aprimoramento dos mecanismos de fiscalização, bem como estabelecer limites internacionais de riscos nos mercados de derivativos e na redução da vulnerabilidade dos fluxos internacionais de capitais em mercados emergentes. Cabe-nos fazer um comentário sobre as premissas que norteiam o último texto desta parte. O autor atribui a doutrina de “governos neoliberais que promoveram as privatizações de empresas produtivas estatais e a entrega de serviços públicos monopólicos a concessionários privados, muitos deles transnacionais. Também bancos públicos foram privatizados, de modo que o Estado perdeu a possibilidade de comandar o processo de acumulação mediante sua ação de grande empreendedor e financiador”. Curiosamente, no Brasil, essa ideologia política contra as privatizações faz parte tanto do ideário dos políticos de esquerda, quando os da direita, mas está equivocada. O Estado perdeu seu comando empreendedor por conta da endêmica irresponsabilidade fiscal e da corrupção em todas as esferas de governo, causando enormes déficits aos cofres públicos. Essa imoralidade fiscal fez com que nós, contribuintes, pagássemos a conta da ineficiência, do empreguismo e dos desmandos financeiros das estatais. A reforma patrimonial do Estado pôs fim à quase todas as mazelas administrativas; acabando com os afiliados políticos e com os funcionários fantasmas, profissionalizou a gestão em todos os níveis, fez com que as estatais privatizadas passassem a pagar impostos e encargos sociais aos cofres público, o que não era uma prática comum na relação entre estatais e governos.

Na última parte — A Crise Financeira e suas Formas Mutantes —, encontra-se uma síntese do

que se pode dizer do pensamento de Paul Singer sobre as causas das crises financeiras globais: a doutrina neoliberal focada na desregulamentação dos mercados financeiros internacionais. A crise do Sudeste Asiático em nada tem a ver com a maior liberdade do capital internacional, mas foi, novamente, fruto da irresponsabilidade desses governantes ao tomarem vultosos empréstimos no mercado internacional, pagando elevadíssimas taxas de juros, pagando-os em menos de um ano, e investindo-os em mega-projetos cujo prazo de retorno variou entre 5 e 20 anos. Todos esses investimentos foram realizados com juros subsidiados dos governos como: Malásia, Indonésia, Tailândia e Coeria do Sul. Esses governos estabeleceram uma política de crescimento baseada no aumento contínuo dos saldos da balança comercial para quitar, no curto prazo, os empréstimos obtidos. O regime cambial era o do câmbio fixo, atrelado ao dólar. A partir de 1995, o dólar valorizou-se, tomando os produtos de exportação pouco competitivos no mercado internacional. Os sonhos dos saldos contínuos na balança comercial daqueles países viraram um grande pesadelo por conta dos déficits comerciais crescentes. As crises cambial e financeira desses países em nada dizem respeito ao processo de desregulamentação dos mercados financeiros apregoados pelos neoliberais, mas estiveram vinculadas ao universo da falta de ética do capitalismo local, da corrupta estrutura política existente nos poderes executivo, judiciário e legislativo em cada um daqueles países.

The Value of Marx

Alfredo Saad Filho

London/New York: Routledge, 2002

O livro de Alfredo Saad Filho sobre o valor na obra de Marx é uma discussão séria e atualizada de tópicos fundamentais em economia marxista. Tratando do valor é necessário, antes de tudo, uma revisão metodológica, o que é feito no capítulo 1. Nele, inspirado no filósofo russo E. V. Ilyenkov¹, o autor destaca os princípios metodológicos de Marx e se coloca contra uma interpretação marxista baseada em Hegel, a “new dialectics”.

O capítulo 2 revisita o debate sobre a teoria do valor de Marx, confrontando posições. Discute, por um lado, os teóricos que, como os marxistas tradicionais e os sraffianos, concebem o valor

Cabe ainda destacar que tanto na doutrina keynesiana como na neoliberal existem aspectos favoráveis e negativos a uma política de crescimento econômico baseada nas possibilidades dos recursos do mercado financeiro global. Cabe-nos extrair dessas doutrinas suas virtudes e o pragmatismo necessários para tornar o financiamento do crescimento mais competitivo, transparente, distributivo, produtivo e socialmente justo. Não vejo muita utilidade para o entendimento social, o hábito da didática intelectual em transformar pressupostos em dogmas incommunicáveis e intransponíveis à prática e ao bom senso na formulação de estratégias alternativas de desenvolvimento econômico social. É sempre bom lembrar que entre o céu e a terra existe muita água para que o homem possa navegar, de forma responsável, seus desejos, visões e conquistas.

Um dos aspectos importantes que permeia todo o livro é que ele nos obriga a refletir, concordando ou não, sobre seus pressupostos, doutrinas e visões do mundo financeiro doméstico ou globalizado no qual interagimos quase que diariamente. Caso o leitor não tenha uma opinião ou idéias claras sobre a organização, a dinâmica dos mercados financeiros e suas mutações doutrinárias acabará por tê-la, pois o professor Paul Singer é um exímio mestre e um pensador instigante. Boa leitura.

Ernesto Lozardo

Professor de Economia da FGV-SP

dentro do paradigma do “trabalho incorporado”. Discute também a interpretação da teoria do valor na abordagem chamada por De Vroey² de “abordagem da relação social”, baseada em Rubin³. Finalmente, expõe a chamada “new interpretation”. A análise crítica desenvolvida destaca como insuficiências, na primeira abordagem, a ausência de análise da moeda; o obscurecimento na relação de valor da análise do capital e do capitalismo, na segunda; e a sobreposição de níveis de análise e

¹ Ilyenkov, E. V. (1977) *Dialectical Logic: Essays on Its History and Theory*, Moscou: Progress Publishers. e (1977), Moscou: Progress Publishers.

² De Vroey, M. (1985) “La Théorie Marxiste de la Valeur, Version Travail Abstrait — Un Bilan Critique”, G. Dostaler e M. Lagueux (eds.) *Un Echiquier Centenaire: Théorie de la Valeur et Formation des Prix*, Paris/Quebec: La Découverte/Presses Universitaires du Québec.

³ Rubin, I. (1978) “Abstract Labour and Value in Marx’s System”, *Capital & Class*, summer.

descontinuidades nas mediações que estruturam a teoria do valor, na terceira. Mesmo não estando de acordo com as críticas, como é o meu caso, partidária que sou da segunda versão, o capítulo é interessante por atualizar o debate sobre o tema, sempre recorrente em economia política. Minha discordância se deve ao fato de não conceber possibilidade de, dentro de uma concepção marxista, fazer a gênese do capital sem passar pelo valor e pelo dinheiro como formas sociais, o que para Marx só é possível se se entende a especificidade da produção de mercadorias. Este entendimento, porém, não se faz em desfavor da compreensão do capitalismo, porque a economia capitalista é produtora de mercadorias e não há outra sociedade, além do capitalismo, que tenha desenvolvido de forma generalizada esse tipo de produção.

No capítulo 3 o autor relaciona valor e capital, destacando, por um lado, que no capitalismo tanto os produtos do trabalho quanto a força de trabalho viram mercadorias em processo no qual o capital é relação de produção, e chamando atenção, por outro lado, para o caráter de classe da relação de exploração, a partir da transformação da força de trabalho em mercadoria.

O processo de exploração é tratado em seguida, no capítulo 4, no qual a mais-valia é analisada como diferença entre o valor produzido pelos trabalhadores e o valor da força de trabalho adiantado como salário. Tal como o capital, definido no capítulo 3, a mais-valia e o salário são definidos e tratados de forma agregada, evitando a idéia de necessidades individuais de subsistência para determinar os salários. A idéia, nas discussões realizadas confrontado posições diversas sobre a mensuração dessas variáveis, é evitar tanto a quantidade de mercadorias quanto a de dinheiro como unidade de medida, optando pelo valor, como tempo de trabalho abstrato gasto pela força de trabalho para produzir.

Os capítulos 5 e 6 são particularmente estimulantes. O capítulo 5 trata da relação entre valores e preços introduzindo e detalhando as noções de normalização, sincronização e homogeneização do trabalho, processos descritos cuidadosamente com o objetivo de desvendar a complexidade envolvida na socialização e abstração dos trabalhos privados, num nível de análise mais concreto. Pelo processo de normalização do trabalho é estabelecida a média social dos trabalhos num ramo específico de produção. Pelo processo de sincronização, trabalhos produzidos em momentos diferentes são vendidos num mesmo momento por preços semelhantes. A homogeneização dos trabalhos, por sua vez, traduz os diferentes valores-produti-

vidades dos trabalhos normalizados e sincronizados em quantidades distintas de trabalho abstrato.

O capítulo 6 trata da composição do capital. A partir da exposição de diversas interpretações, o capítulo explora a noção de composição do capital inicialmente na ausência de mudanças na composição técnica. Discute, em seguida, como as composições orgânica, técnica e a composição de valor do capital são afetadas pelo progresso técnico, e destaca, finalmente, para Marx, a importância de distinguir as duas últimas para analisar a acumulação do capital com inovação tecnológica.

A transformação dos valores em preços é discutida no capítulo 7, a partir das idéias sobre composição do capital expostas no capítulo 6. O argumento é o de que a transformação de valores em preços não é mais do que uma mudança de forma do valor, em vez de ser, como frequentemente interpretado, uma determinação de preços sob condições de concorrência intersetorial.

O capítulo 8 é dedicado à moeda, ao crédito e à inflação. O autor usa a teoria marxista do dinheiro e do crédito, em particular as formas e funções da moeda, para explicar a possibilidade de perda de valor do papel-moeda no sistema de Marx. Procura, assim, explorar a teoria marxista para analisar aspectos atuais do capitalismo. Analisa ainda, criticamente, três teorias da inflação de corte marxista.

Como o próprio autor anuncia na introdução, a crise do socialismo real não nega a importância das análises marxistas. Muito pelo contrário, Marx é sobretudo um crítico rigoroso do capitalismo e, como tal, fundamental para interpretarmos nossa realidade capitalista atual. É a partir de sua teoria do valor que Marx desvenda a exploração, e é dela e do processo de concorrência que podem ser derivadas as leis de movimento do capitalismo. São premissas de ensinamentos estas leis de movimento, e por isso essenciais para entender os processos atuais de concentração do capital e de crescimento da massa de desempregados. O livro estimula e ancora teoricamente as análises desses fenômenos. É muito bem vindo nesta época de “pensamento único” reducionista, e cumpre bem os objetivos a que se propõe, quais sejam: demonstrar que a análise inspirada em Marx é importante para analisar o capitalismo atual, avaliar criticamente a trajetória da teoria do valor de Marx no último meio século, e contribuir para o desenvolvimento da sua teoria.

Maria de Lourdes Rollemberg Mollo
Departamento de Economia,
Universidade de Brasília — UnB